



# MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

ESTADO DO PARANÁ

LEI nº 5.294, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021.

## AUTORIZA A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE BEM IMÓVEL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a dar em concessão administrativa de uso, ao **Conselho da Comunidade da Comarca de Marechal Cândido Rondon**, denominado "**Simão Cirineu**", entidade assistencial, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.304.929/0001-30, pelo prazo de 30 (trinta) anos, o Lote Urbano nº 01/02/21, da quadra nº 190, com área total de 410,93m², situado neste Município, de acordo com a Matrícula nº 40.577, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon, de propriedade deste Município.

Art. 2º O imóvel a que se refere o dispositivo anterior, se destina ao específico fim de instalação da sede do Conselho da Comunidade da Comarca de Marechal Cândido Rondon, denominado "**Simão Cirineu**", visando o desenvolvimento das respectivas atividades do Conselho.

Parágrafo único. O início da construção do prédio a que se refere o *caput*, deverá se dar em até 02 (dois) anos, a contar da data da assinatura do Termo de Concessão de Uso de Bem Imóvel, podendo ser prorrogado, a critério da administração municipal, mediante solicitação prévia.

Art. 3º A concessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem que o Conselho tenha direito a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no preceituado no art. 2º, desta lei, se ocorrer dissolução do beneficiado, ou ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Parágrafo único. A concessão também poderá ser prorrogada ou renovada, com autorização legislativa, desde que cumpridas as exigências atinentes.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo Municipal fica também autorizado a celebrar o contrato administrativo necessário, onde estipulará as condições da concessão, visando o cumprimento do estabelecido e da legislação aplicável, incluindo-se a de proteção ambiental.

Art. 5º Fica revogada a concessão administrativa de uso de bem imóvel, autorizada pela Lei Municipal nº 5.078, de 11 de outubro de 2018.



# **MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

*ESTADO DO PARANÁ*

(Lei nº 5.294, de 13/12/2021 / Fls.02)

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, em 13 de dezembro de 2021.

  
**ANDERSON LOFFI SCHMOELLER**  
Secretário Municipal de Administração

  
**MARCIO ANDREI RAUBER**  
Prefeito